

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Independentes.

Desempenho das Operações de Seguros

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2016, faturamento de R\$ 5,766 bilhões (R\$ 5,659 bilhões no exercício de 2015). No ramo de automóveis, a Companhia manteve a política de tarifação de cada segurador, sofisticando sua subscrição através de modelagem estatística e ferramentas mais adequadas de tarifação. Nos Ramos Elementares, atuou em seguros corporativos e massificados, onde manteve uma expressiva carteira de seguros residenciais, atingindo cerca de 1,1 milhão de residências seguradas.

Inovações em Produtos e Serviços

Visando oferecer a melhor proteção para o patrimônio dos seus segurados, a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros busca inovar e aperfeiçoar continuamente o seu portfólio de produtos e serviços. No exercício de 2016 destacaram-se as seguintes ações:

- Ampliação da comercialização do seguro de Automóvel através de simulador na *internet*, para não correntistas do Banco Bradesco;
- Lançamento do Sistema Frota *On-line*: novo sistema de cotação e emissão de frota do Automóvel e do novo cotador do Portal 100% Corretor, que passa a apresentar três opções de planos e preços, possibilitando ao usuário a comparação de diferentes combinações de coberturas;
- Evolução do sistema dos produtos Empresarial e Condomínio, com a implantação de novas funcionalidades no Portal 100% Corretor, que torna mais ágil e eficiente o processo de análise e emissão;
- Bradesco Auto Center (BAC): manutenção da rede de 31 BAC's nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Joinville, Maceió, Natal, Osasco, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Santo André, Santos, São Paulo e Vitória. Além de diversos serviços oferecidos, os segurados contam com o agendamento de serviços pela *internet*, no *sítio* www.bradescoautocenter.com.br, ou pela Central de Atendimento, proporcionando mais conforto e comodidade para os segurados;
- Ampliação e aperfeiçoamento do processo rápido de regulação de sinistro nas ocorrências de catástrofes naturais, sobretudo na Região Sul do País, reduzindo sensivelmente os prazos médios de indenizações e gerando valor e satisfação aos segurados. No segundo semestre de 2016, o projeto foi contemplado com a 2ª colocação no Prêmio EFMA Insurance 2016, uma premiação internacional de inovação em seguros;
- Atualização dos limites de garantia das coberturas do produto Residencial Exclusive, voltado para a comercialização nas agências do Banco Bradesco; e
- Revisão e aperfeiçoamento do processo de cotação e aceitação do produto Náutico.

Reconhecimentos

A Bradesco Auto/RE conquistou o Prêmio "Innovation in Insurance" (Inovação em Seguros) na categoria "Claims Management" (Gerenciamento de Sinistros), conferido pela EFMA, Organização Internacional que reúne os maiores bancos e seguradoras do mundo. Foi ainda reconhecido com o "Silver Award Thyphy" pelo case "Operação Calamidade", criado pela Bradesco Auto/RE. O produto Bradesco Seguro Residencial foi eleito pelo sétimo ano consecutivo a "Escolha Certa" e o "Melhor do Teste" em um levantamento realizado pela Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor). Na avaliação final a marca obteve a melhor nota e o melhor custo-benefício entre as 13 empresas participantes da pesquisa. A pesquisa teve os seus resultados apresentados na edição de dezembro da revista Dinheiro & Direitos.

Resultado do Exercício

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2016, Lucro Líquido de R\$ 108,657 milhões (R\$ 289,137 milhões no exercício de 2015).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Auto/RE, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Evento Societário

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 100,000 milhões, passando o capital social de R\$ 1.005,097 milhões, para R\$ 1.105,097 milhões, representado por 218.333 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade Socioambiental

Programa Auto Reciclagem: projeto pioneiro que atende 90% do território brasileiro e consiste no reaproveitamento de sucatas e peças substituídas de veículos danificados em acidentes. As peças são doadas às empresas de reciclagem, que devem possuir certificação de empresas especializadas na coleta desses itens para o processo de reciclagem. A Seguradora disponibiliza consulta a um sistema *on-line* através do qual a empresa credenciada pode verificar em quais oficinas há material disponível para reciclagem, visando planejar a logística de coleta. Nesta linha, pode-se acompanhar toda a cadeia de reciclagem, evitando que peças de automóveis sejam depositadas em margens de rios ou em terrenos baldios. Desde o seu lançamento, em 2009, o Programa já recolheu mais de treze mil toneladas de material, e Bradesco Seguro Residencial – Assistência Sustentável: lançado em maio de 2015, o serviço de Assistência Sustentável, disponível para os clientes do Bradesco Seguro Residencial, possibilita o descarte ecologicamente correto de bens em desuso, como móveis, colchões e equipamentos eletrodomésticos, além de proporcionar ao segurador, dicas de economia de água, energia e reciclagem de lixo doméstico. O serviço é acionado por meio da Central de Atendimento, agendando data e hora para retirada dos materiais que são desmontados e separados para o aproveitamento ou o descarte correto.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos com estrutura operacional especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura da Organização Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o aprofundamento de gestão de riscos e capital nos vários níveis de atuação nas Empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e do Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, objetivando aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016). E as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com a finalidade de preservar e otimizar o valor a longo prazo, o Grupo Bradesco Seguros possui uma estrutura de governança corporativa, pautada nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas. Busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão, contribuindo para a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento e de controles, sempre levando em conta o arcabouço regulatório (compulsório e facultativo) e o Código de Conduta Ética, disponível a todos os públicos com os quais se relaciona.

Fundamentado nessas premissas e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica e tomada de decisões, o Grupo possui estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. Nessa linha, o Grupo possui canal de comunicação, para acolher informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, procedimentos e normas internas, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram as empresas do Grupo. Adicionalmente, conta com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações que são tratados com confidencialidade.

Controles Internos e Compliance

Com base na política corporativa definida e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Bradesco Auto/RE avalia e aperfeiçoa constantemente os instrumentos que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência são executados para aferir a efetividade dos controles existentes, em conformidade com os requerimentos da Seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e com os principais *frameworks* de controles, como o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócios e tecnologia da informação.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, com o propósito de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, Códigos de Conduta e de autorregulação aplicáveis. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros monitora, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos Reguladores, informa às áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias e realiza testes, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Auto/RE, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações e normas relativas aos temas, editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando assim com os esforços das autoridades governamentais de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Bradesco Auto/RE atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura está alicerçada a partir de Comissão de Avaliação de Operações com Indícios de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo que objetiva a análise individualizada de suspeição para a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Destaca-se o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrangem palestras, cursos à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Auto/RE, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante para desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a Companhia possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, tais como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Auto/RE, com a finalidade de assegurar o gerenciamento eficaz da continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para o relacionamento e atendimento aos clientes, fortaleceu as estratégias do Plano de Continuidade de Negócios (PCN), com planejamento e testes periódicos dos planos de ação estabelecidos, que podem ser ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade das operações, minimizando os efeitos de interrupções não programadas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Auto/RE. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da organização de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 2017.

Diretoria**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)**

	Nota	2016	2015
ATIVO			
CIRCULANTE		5.092.795	5.124.167
Disponível		25.907	33.272
Caixa e bancos		25.907	33.272
Equivalente de caixa		25.063	24.906
Aplicações	4	1.897.559	2.188.074
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.516.135	1.311.855
Prêmios a receber	6	1.434.370	1.240.647
Operações com seguradoras		9.038	4.528
Operações com resseguradoras	7	72.727	66.680
Outros créditos operacionais		218.878	156.750
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	776.377	776.697
Títulos e créditos a receber		67.226	59.876
Títulos e créditos a receber		8.909	5.903
Créditos tributários e previdenciários	9	57.290	52.904
Outros créditos		1.027	1.069
Outros valores e bens		87.560	75.389
Bens à venda	8	86.372	72.769
Outros valores		1.188	2.620
Despesas antecipadas		66.354	85.808
Custos de aquisição diferidos	17c	411.736	411.540
Seguros		411.736	411.540
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.365.699	3.019.805
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.076.999	2.775.093
Aplicações	4	2.581.892	2.239.296
Créditos das operações com seguros e resseguros		155	186
Operações com seguradoras		155	186
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	145.510	133.409
Títulos e créditos a receber		340.341	389.486
Títulos e créditos a receber		5.625	9.867
Créditos tributários e previdenciários	9	133.568	211.563
Depósitos judiciais e fiscais	10	200.634	165.173
Outros créditos		514	2.883
Despesas antecipadas		544	652
Custos de aquisição diferidos	17c	8.557	12.064
Seguros		8.557	12.064
INVESTIMENTO		999	965
Outros investimentos		999	965
IMOBILIZADO	11	10.791	15.986
Bens móveis		6.397	7.716
Outras imobilizações		4.394	8.270
INTANGÍVEL	12	276.910	227.761
Outros intangíveis		276.910	227.761
TOTAL DO ATIVO		8.458.494	8.143.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2016	2015
PASSIVO			
CIRCULANTE		5.138.745	5.151.352
Contas a pagar		234.801	292.418
Obrigações a pagar	13	118.694	184.932
Impostos e encargos sociais a recolher	14	98.310	86.404
Encargos trabalhistas		5.545	5.453
Impostos e contribuições	15	10.395	15.574
Outras contas a pagar		1.857	55
Débitos de operações com seguros e resseguros		366.155	366.710
Prêmios a restituir		3.771	4.252
Operações com seguradoras		19.884	20.995
Operações com resseguradoras	7c	158.241	174.990
Corretores de seguros e resseguros		177.092	157.397
Outros débitos operacionais		7.167	9.076
Depósitos de terceiros	16	58.887	71.057
Provisões técnicas - seguros	17	4.477.302	4.419.567
Danos		4.477.302	4.419.567
Outros débitos		1.600	1.600
Débitos diversos		1.600	1.600
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.277.212	1.261.694
Provisões técnicas - seguros	17	1.116.395	1.108.247
Danos		1.116.395	1.108.247
Outros débitos		160.817	153.447
Provisões judiciais	18v	150.950	141.980
Outros débitos		9.867	11.467
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	2.042.537	1.730.926
Capital social		1.005.097	875.097
Aumento de capital em aprovação		100.000	130.000
Reservas de lucros		1.007.942	925.091
Ajustes de avaliação patrimonial		(70.502)	(196.605)
Ações em tesouraria		-	(2.657)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.458.494	8.143.972

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015
Prêmios emitidos	24a	5.766.148	5.658.753
Variação das provisões técnicas de prêmios		(74.554)	12.386
Prêmios ganhos	23	5.691.594	5.671.139
Receitas com emissão de apólices	24b	10.287	9.660
Sinistros ocorridos	24c	(3.371.104)	(3.550.287)
Custos de aquisição	24d	(981.101)	(976.225)
Outras receitas e (despesas) operacionais	24e	(490.857)	(461.732)
Resultado com resseguro	24f	(130.493)	(28.207)
Receita com resseguro		137.792	326.218
Despesa com resseguro		(268.285)	(354.425)
Despesas administrativas	24g	(950.217)	(855.832)
Despesas com tributos	24h	(115.133)	(117.931)
Resultado financeiro	24i	548.234	661.261
Receitas Financeiras		741.671	842.515
Despesas Financeiras		(193.437)	(181.254)
Resultado patrimonial		-	32.521
Resultado operacional		211.210	384.367
Ganhos e perdas com ativos não correntes		6.752	(4.803)
Resultado antes dos impostos e participações		217.962	379.564
Imposto de renda	24j	(53.571)	(52.430)
Contribuição social	24j	(45.643)	(31.854)
Participações sobre o resultado		(10.091)	(6.143)
Lucro líquido do exercício		108.657	289.137
Quantidade de ações		218.333	207.644
Lucro por ação - R\$		497,67	1.392,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	108.657	289.137
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Companhia	210.172	(156.938)
Coligada	-	298
Outros resultados abrangentes:		
Ajuste de conversão de moeda estrangeira reconhecida em coligada	-	1.392
Efeitos dos impostos	(84.069)	62.099
Total do resultado abrangente do exercício	234.760	195.988
Atribuível aos acionistas controladores	234.760	195.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Resultado antes dos impostos e participações	217.962	379.564
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	84.725	68.782
Resultado positivo de equivalência patrimonial	-	(32.521)



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária				
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.314.303	105.000	62.974	802.980	(103.456)	(2.657)	-	2.179.144
Aumentos de capital:								
AGE em 27/03/2015	-	43.733	-	-	-	-	-	43.733
AGE em 06/08/2015	-	(587.939)	-	-	-	-	-	(587.939)
AGE em 29/12/2015	-	130.000	-	-	-	-	-	130.000
Portaria SUSEP 134 de 03/03/2015	105.000	(105.000)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP 218 de 17/07/2015	43.733	(43.733)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP 1.271 de 14/10/2015	(587.939)	587.939	-	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(93.984)	-	-	(93.984)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira reconhecida em coligada	-	-	-	-	835	-	-	835
Ações em tesouraria reconhecida em coligada	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	289.137	289.137
Dividendos propostos (R\$ 481,59 por ação)	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Juros sobre capital próprio (R\$ 626,07 por ação)	-	-	-	-	-	-	(130.000)	(130.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	14.457	44.680	-	-	(59.137)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	875.097	130.000	77.431	847.660	(196.605)	(2.657)	-	1.730.926
Aumentos (redução) de capital:								
Portaria SUSEP 1.330 de 30/03/2016	130.000	(130.000)	-	-	-	-	-	-
AGE de 29/12/2016	-	100.000	-	-	-	-	-	100.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	126.103	-	-	126.103
Ações em tesouraria reconhecida em coligada	-	-	-	-	-	2.657	-	2.657
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	108.657	108.657
Dividendos propostos (R\$ 118,23 por ação)	-	-	-	-	-	-	(25.806)	(25.806)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	5.433	77.418	-	-	(82.851)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.005.097	100.000	82.864	925.078	(70.502)	-	-	2.042.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

- Contexto operacional**

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros dos ramos elementares em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio de Janeiro.

A Companhia é controlada direta da Bradesco Seguros S.A. e em última instância do Banco Bradesco S.A..

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas em Reunião de Diretoria em 01 de fevereiro de 2017.
- Resumo das principais políticas contábeis**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

 - Base de preparação**

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.
 - Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.
 - Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2d - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 17 - Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos e 18 - Provisões judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
 - Classificação dos contratos de seguros**

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.
 - Aplicações e instrumentos financeiros**

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, estão descritos a seguir:

 - Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)**

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
 - Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo, por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
 - Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.
 - Ativos financeiros disponíveis para venda**

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.
 - Determinação do valor justo**

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.
 - Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.
 - Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.
 - Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis**

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde seapura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso.

Para as operações a recuperar com resseguradores, o estudo avalia a evolução dos saldos a recuperar pendentes por ano de pagamento do sinistro dos últimos 13 anos. A taxa a ser utilizada na apuração e constituição da redução ao valor recuperável, será obtida com base na média sem extremos dos sinistros pendentes de recuperação no segundo ano após o pagamento do sinistro e aplicado no saldo total pendente de recuperação, por ramo.

No caso das recuperações de cosseguro, o estudo consiste em observar as recuperações de sinistros de cosseguro cedido, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses, sobre valores com atraso há mais de 164 dias, levando-se em consideração a média ponderada de dias do fluxo de liquidação de sinistros.
 - Imobilizado**

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, reconhecidos pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros.
 - Intangíveis**

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

- Outros valores e bens**

É composto substancialmente por estoque de bens salvados recuperados. Esses ativos são avaliados ao valor recuperável deduzidos dos custos de vendas dos bens.

- Ativos de resseguros**

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações da Companhia para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de perdas são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

- Custos de aquisição diferidos**

Custos de aquisição diferidos compreendem os custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada, pelo período de vigência das respectivas apólices, ou pelo prazo médio de 12 meses.

- Impairment de ativos não financeiros**

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

- Provisões técnicas**

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros, deduzido dos custos iniciais de contratação. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo o saldo da Provisão de sinistros a liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência, refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço corrigidos monetariamente, líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos.

A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Para a data-base não foi identificada necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura.

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda carteira.

Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

- Operações com o Convênio DPVAT**

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/15. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

- Teste de adequação de passivo (TAP)**

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL e IBNR.

O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas referentes a produtos em *run-off* foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente e não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

Em linha com as determinações da Circular SUSEP n° 517/2015, não foram incluídos no teste de adequação, os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

- Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

- Ativos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

- Passivos contingentes**

As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

- Obrigações legais**

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

- Benefícios a empregados**

- Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

- Obrigações por aposentadoria Plano de contribuição definida**

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). Esses planos de previdência, permitem acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela patrocinadora, sendo os recursos investidos em Fundos de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais desses planos estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. Esses planos são administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A..

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário. As contribuições da Companhia de 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

- Outras obrigações pós-emprego**

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

- Outros benefícios de curto prazo**

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

- Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/2015 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

4. **Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

5. **Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48)
A IFRS 9 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge* . A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações contábeis da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (CPC 47)
A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3. **Gerenciamento de riscos**

a. **Introdução**

A Companhia está exposta aos riscos de seguros/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 521/2015, foi nomeado um Gestor de Riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. **Risco de seguro/subscrição**

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais relacionadas na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições cálculo de capital regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *Asset Liability Management* (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscrições pela Companhia, em geral, é de curta duração.

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros;
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex.: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

A Companhia monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

As Superintendências Executivas Técnicas desenvolveram mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Seguros de Bens – Sensibilidades em 31 de dezembro de 2016

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo.

	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	R\$ mil	R\$ mil
Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições		
Auto	(21.205)	(21.205)
Ramos elementares	(9.150)	(7.674)

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos.

	Líquido de Resseguro R\$ mil – 2016		
Região Geográfica	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste	1.562.281	950.682	2.512.963
Sul	848.429	263.630	1.112.059
Nordeste	802.742	85.930	888.672
Centro-Oeste	598.273	68.997	667.270
Norte	112.719	23.886	136.605
Total (*)	3.924.444	1.393.125	5.317.569

	Líquido de Resseguro R\$ mil – 2015		
Região Geográfica	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste	1.602.664	859.212	2.461.876
Sul	855.309	213.979	1.069.288
Nordeste	806.744	88.539	895.283
Centro-Oeste	545.749	66.880	612.629
Norte	110.355	27.644	137.999
Total (*)	3.920.821	1.256.254	5.177.075

(*) Não inclui os montantes de R\$ 12.119 (R\$ 39.689 em 2015), referente a prêmio de riscos vigentes e não emitidos (RVNE), R\$ 173.807 (R\$ 166.564 em 2015), relativo aos prêmios do convênio DPVAT.

c. **Risco de crédito**

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A.. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e *rating* superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

No exercício de 2016, o prêmio cedido em resseguro foi de 15,93% (17,79% em 2015) do prêmio emitido de ramos elementares (RE), enquanto o prêmio emitido líquido de seguro de RE foi de R\$ 1.661.898 (R\$ 1.547.933 em 2015).

No quadro abaixo é demonstrada exposição ao risco de crédito, ao resseguro, contendo créditos e débitos de operações com resseguradores e os ativos de resseguro.

			2016		2015
TIPO	Rating	Exposição (R\$)	%	Exposição (R\$)	%
LOCAL	AAA	803.217	84,91%	811.247	87,27%
ADMITIDA	AA+	113	0,01%	-	-
ADMITIDA	AA-	59.706	6,31%	66.938	7,20%
ADMITIDA	A+	46.618	4,93%	26.124	2,81%
ADMITIDA	A	31.183	3,30%	22.327	2,40%
ADMITIDA	A-	5.142	0,54%	2.998	0,32%
Total		945.979	100,00%	929.634	100,00%

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que a maior parte da carteira de investimentos está concentrada em Títulos de Renda Fixa Públicos como demonstrado abaixo.

	AAA	AA	B	Sem rating	Ações	2016 Total
A valor justo por meio do resultado	1.834.245	50.642	2.659	6.818	-	1.894.364
Título de Renda Fixa Público	1.279.062	-	-	-	-	1.279.062
Título de Renda Fixa Privado	555.183	50.642	2.659	6.818	-	615.302
Disponíveis para a venda	2.582.755	-	-	-	2.332	2.585.087
Título de Renda Fixa Público	2.575.503	-	-	-	-	2.575.503
Título de Renda Fixa Privado	7.252	-	-	-	-	7.252
Título de Renda Variável	-	-	-	-	2.332	2.332

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal. Trimestralmente, são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco e dos Comitês Executivo de Gestão de Riscos e de Estratégia de alocação de Ativos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Exposição ao Crédito de Seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Do montante de R\$ 88.736 (R\$ 84.346 em 2015) de prêmios vencidos (nota 6b), o valor de R\$ 31.166 (R\$ 27.787 em 2015) corresponde a risco decorrido.

d. **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Prazo estimado de realização 2016	
	Fluxo de Ativos (ii)	Fluxo de Passivos (iii)
A vista ou sem vencimento definido	50.970	-
Fluxo de 0 a 3 meses	2.793.354	1.451.061
Fluxo de 3 a 6 meses	244.785	791.540
Fluxo de 6 a 9 meses	116.554	611.153
Fluxo de 9 a 12 meses	15.010	436.300
Fluxo de 12 a 60 meses	2.756.874	1.089.227
Fluxo acima de 60 meses	822.301	207.837
Total	6.799.848	4.587.118

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

(ii) O fluxo de ativos considera o disponível, equivalente de caixa, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos das operações com seguros e resseguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. **Risco de mercado**

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível contínuo

de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

	Cenário
Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	

Fator de Risco	
Índice Bovespa em pontos.....	59.625
Taxa Pré-fixada de 1 ano.....	11,55%
Cupom de IPCA de 1 ano.....	5,97%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Período	Taxa de juros em Reais	Índices de preços	Cupom cambial	Moeda estrangeira	Renda variável	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro/2016	(56)	(693)	(3)	(191)	(13)	(956)	(544)
Definição	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços		Variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia; Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia; Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e

Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento, controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo; e Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2016	%	2015	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.894.364	42,29	1.365.973	30,85
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	1.894.364	42,29	1.365.973	30,85
Títulos disponíveis para venda	2.585.087	57,71	3.061.397	69,15
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	1.452.883	32,43	1.285.796	29,04
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	1.123.483	25,08	950.165	21,46
Títulos de renda fixa - debêntures	6.389	0,14	3.898	0,10
Títulos de renda variável - ações	2.332	0,06	1.917	0,04
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional.....	-	-	819.621	18,51
Total	4.479.451	100,00	4.427.370	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõe os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2016						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	423.388	71.249	81.649	1.318.078	1.894.364	1.894.270	94
Letras financeiras do tesouro	-	-	202	990.174	990.376	992.464	(2.088)
Quotas de fundos de investimento	307.357	-	-	-	307.357	307.357	-
Letras do tesouro nacional.....	12.708	-	9.977	168.979	191.664	189.904	1.760
Letras financeiras emissores privados	-	71.249	52.427	53.726	177.402	176.728	674
Letras financeiras do tesouro – operação compromissada	103.309	-	-	-	103.309	103.309	-
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	97.022	97.022	96.717	305
Debêntures	-	-	19.043	8.177	27.220	27.777	(557)
Notas do tesouro – operação compromissada	14	-	-	-	14	14	-
Títulos disponíveis para venda	3.195	-	-	2.581.892	2.585.087	2.702.589	(117.502)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.575.503	2.575.503	2.700.798	(125.295)
Debêntures	-	-	-	6.389	6.389	46	6.343
Ações	2.332	-	-	-	2.332	883	1.449
Notas do tesouro – operação compromissada	863	-	-	-	863	862	1
Total	426.583	71.249	81.649	3.899.970	4.479.451	4.596.859	(117.408)

	2015						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	254.112	41.693	55.098	1.015.070	1.365.973	1.365.503	470
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	798.429	798.429	798.459	(30)
Letras financeiras emissores privados	6.204	41.693	55.098	184.541	287.536	286.221	1.315
Quotas de fundos de investimento	214.899	-	-	-	214.899	214.899	-
Notas do tesouro – operação compromissada	33.009	-	-	-	33.009	33.009	-
Debêntures	-	-	-	32.100	32.100	32.915	(815)
Títulos disponíveis para venda	302.321	193.354	326.426	2.239.296	3.061.397	3.385.392	(323.995)
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	2.235.398	2.235.398	2.560.627	(325.229)
Letras do tesouro nacional.....	299.841	193.354	326.426	-	819.621	823.276	(3.655)
Debêntures	-	-	-	3.898	3.898	43	3.855
Ações.....	1.917	-	-	-	1.917	883	1.034
Notas do tesouro – operação compromissada	563	-	-	-	563	563	-
Total	556.433	235.047	381.524	3.254.366	4.427.370	4.750.895	(323.525)

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2016	2015
Total das provisões técnicas	5.593.697	5.527.814
(-) Ativos de resseguro redutores	(820.425)	(813.717)
(-) Direitos creditórios (líquidos dos prêmios vencidos e não pagos).....	(1.045.744)	(886.798)
(-) Depósitos especiais no IRB - Brasil Resseguros S.A.....	(15)	(2.318)
(-) Provisões do convênio DPVAT	(307.288)	(214.838)
Total a ser coberto (A)	3.420.225	3.610.143
Títulos de renda fixa públicos	1.452.883	2.105.417
Quotas de fundos de investimentos	2.620.972	2.087.543
Ações.....	2.324	1.911
Total dado em cobertura (B)	4.076.179	4.194.871
Suficiência (B) - (A)	655.954	584.728

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2016			2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	1.279.062	615.302	1.894.364	798.429	567.544	1.365.973
Letras financeiras do tesouro	990.376	-	990.376	798.429	-	798.429
Quotas de fundos de investimentos ..	-	307.357	307.357	-	214.899	214.899
Letras do tesouro nacional.....	191.664	-	191.664	-	-	-
Letras financeiras de emissor privado ..	-	177.402	177.402	-	287.536	287.536
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	103.309	103.309	-	-	-
Notas do tesouro nacional.....	97.022	-	97.022	-	-	-
Debêntures	-	27.220	27.220	-	32.100	32.100
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	14	14	-	33.009	33.009
Disponíveis para venda	2.577.835	7.252	2.585.087	3.056.936	4.461	3.061.397
Notas do tesouro nacional.....	2.575.503	-	2.575.503	2.235.398	-	2.235.398
Letras do tesouro nacional	-	-	-	819.621	-	819.621
Debêntures.....	-	6.389	6.389	-	3.898	3.898
Ações.....	2.332	-	2.332	1.917	-	1.917
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	863	863	-	563	563
Total	3.856.897	622.554	4.479.451	3.855.365	572.005	4.427.370

e. Movimentação das aplicações

	2016		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro	1.365.973	3.061.397	4.427.370
(+) Aplicações.....	2.736.430	607.443	3.343.873
(-) Resgates.....	(2.426.046)	(1.638.734)	(4.064.780)
(+) Rendimentos.....	218.007	348.488	566.495
(+/-) Ajuste a valor justo	-	206.993	206.493
Saldo Final em 31 de dezembro	1.894.364	2.585.087	4.479.451

	2015		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro	1.646.337	2.741.281	4.387.618
(+) Aplicações.....	1.240.743	175.100	1.415.843
(-) Resgates.....	(1.708.438)	(150.154)	(1.858.592)
(+) Rendimentos.....	187.331	452.108	639.439
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(156.938)	(156.938)
Saldo Final em 31 de dezembro	1.365.973	3.061.397	4.427.370

f. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2016, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 90,61% no acumulado do período, em relação ao referido *benchmark*.

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (*hedge* de valor justo), visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

	Valor de referência			
Fundo de investimento	Mercadoria (*)	Prazo de Realização	Compromisso de Compra	Compromisso de Venda
Bradesco FI RF Consolidador	DI1	De 0 a 12 meses	-	(4.234)
Bradesco FI RF Consolidador	DI1	De 1 a 5 anos	21.477	-
Bradesco FI RF Consolidador	DI1	Acima de 5 anos	10.044	-
Total			31.521	(4.234)

(*) DI1- Contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de 1 dia.

O Resultado no exercício de 2016 foi de R\$ 526 e o valor a receber foi de R\$ 7. Considerando o que determina a legislação vigente, as operações com derivativos realizados nas carteiras e fundos de Investimentos das Seguradoras, tem por objetivo a proteção das carteiras, não gerando perdas ou ganhos devido a contrapartida do resultado do ativo objeto da proteção.

6 Prêmios a receber

a. Ramos de seguro

	2016	2015
Automóvel/RCF.....	1.106.043	937.644
Riscos nomeados e operacionais.....	83.657	71.389
Transporte nacional/internacional/RC cargas	57.845	44.336
Compreensivo empresarial	45.142	41.240
Compreensivo residencial	60.863	49.228
Marítimo/Aeronáutico	34.444	46.293
Riscos diversos	18.501	19.718
Crédito doméstico	10.076	4.180
Risco de petróleo/nucleares	4.628	7.589
Compreensivo condomínio	4.054	3.843
Responsabilidade civil geral	2.226	3.561
Garantia estendida.....	1.126	1.868
Riscos de engenharia	2.173	2.378
Outros.....	56.806	51.570
Prêmios a receber	1.487.584	1.284.837
(-) Redução ao valor recuperável.....	(53.214)	(44.190)
Total	1.434.370	1.240.647

b. Faixas de vencimento

	2016	2015
A vencer	614.914	572.389
Até 30 dias.....	614.914	572.389
De 31 a 120 dias	616.511	497.789



d. Demonstração da carteira e do percentual ressegurado

Ramo	2016			2015		
	Prêmio emitido	Prêmio Resseguro Cedido (nota 25f)	% cessão	Sinistros ressegurados	Sinistros (nota 25f)	% cessão
Risco operacional/nomeado	209.290	146.455	69,98	74.384	53.901	72,46
Marítimo/aeronáutico	65.577	40.773	62,18	40.003	19.452	48,63
Transportes	163.899	17.069	10,41	145.377	11.235	7,73
Outros	959.223	60.425	6,30	485.012	36.719	7,57
Total	1.397.989	264.722		744.776	121.307	

8 Bens a venda – Salvados

a. Composição		2016	2015
Automóvel		116.116	72.521
Ramos elementares		4.604	24.895
Subtotal		120.720	97.416
(-) Redução ao valor recuperável		(34.348)	(24.647)
Total		86.372	72.769

b. Aging-List

	2016	2015
De 1 a 30 dias	38.113	29.976
De 31 a 60 dias	21.212	6.402
De 61 a 120 dias	17.224	32.328
De 121 a 180 dias	9.823	4.063
Total	86.372	72.769

9 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários líquidos		2016			2015		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Antecipação de IRPJ e CSLL		2.283	-	2.283	-	-	-
Impostos a compensar		55.007	7.883	62.890	52.904	7.633	60.537
Créditos tributários diferidos (9 b- i)		-	168.150	168.150	-	241.178	241.178
Obrigações fiscais diferidas (9 b- ii)		-	(42.465)	(42.465)	-	(37.248)	(37.248)
Total		57.290	133.568	190.858	52.904	211.563	264.467

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Créditos tributários diferidos		2016			
		Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
<i>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</i>					
Provisão para riscos de crédito		43.247	6.990	(135)	50.102
Provisão para contingências fiscais		39.887	4.241	(394)	43.734
Provisão para contingências cíveis		12.815	7.915	(9.314)	11.416
Provisão para contingências trabalhistas		1.891	1.958	(201)	3.648
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos		1.057	-	-	1.057
Outros		12.683	4.128	(5.619)	11.192
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias		111.580	25.232	(15.663)	121.149
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda		129.598	23.974	(106.571)	47.001
Total dos créditos tributários		241.178	49.206	(122.234)	168.150

b. Obrigações fiscais diferidas		2016			
		Saldo em 2014	Constituição	Realização	Saldo em 2015
<i>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</i>					
Provisão para riscos de crédito		26.840	27.387	(10.980)	43.247
Provisão para contingências fiscais		35.132	5.163	(408)	39.887
Provisão para contingências cíveis		7.182	9.948	(4.315)	12.815
Provisão para contingências trabalhistas		2.382	463	(954)	1.891
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos		1.057	-	-	1.057
Outros		19.384	11.955	(18.656)	12.683
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias		91.977	54.916	(35.313)	111.580
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda		66.823	97.872	(35.097)	129.598
Total dos créditos tributários		158.800	152.788	(70.410)	241.178

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias		2016			
		Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
Atualização de depósito judicial		37.248	5.217	-	42.465
Total de obrigações fiscais diferidas		37.248	5.217	-	42.465

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias		2015			
		Saldo em 2014	Constituição	Realização	Saldo em 2015
Atualização de depósito judicial		32.039	5.209	-	37.248
Total de obrigações fiscais diferidas		32.039	5.209	-	37.248

d. Desenvolvimento de sinistros				
	Diferenças temporárias			Total
	Imposto de renda	Contribuição social		
2017	14.799	9.437		24.236
2018	9.405	6.031		15.436
2019	7.345	4.676		12.021
2020	6.197	3.927		10.124
2021 em diante	37.277	22.055		59.332
Total	75.023	46.126		121.149

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários monta a R\$ 112.723 (R\$ 99.672 em 2015).

10 Depósitos judiciais e fiscais

	2016	2015
INSS	104.316	94.319
Sinistros	65.468	44.312
Cíveis e trabalhistas	18.210	13.691
PIS	3.773	3.642
IR e CSLL	3.677	3.495
Outros	5.190	5.714
Total	200.634	165.173

d. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	3.576.063	1.686.277	1.075.658	2.051.071	2.406.654	2.630.295	3.128.018	3.017.311	3.706.304	4.156.707	3.820.838	-
Um ano após o aviso	3.471.073	1.625.876	1.031.729	2.029.535	2.385.506	2.607.545	3.028.046	2.846.094	3.454.846	4.023.227	-	-
Dois anos após o aviso	3.436.739	1.584.845	1.011.255	2.010.103	2.376.709	2.589.475	3.015.358	2.807.954	3.462.406	-	-	-
Três anos após o aviso	3.447.254	1.581.404	1.000.755	2.007.070	2.392.447	2.597.310	3.035.781	2.833.029	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	3.447.304	1.585.868	1.002.537	2.036.234	2.405.432	2.594.355	3.065.939	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	3.450.603	1.588.498	997.192	2.037.122	2.415.926	2.612.516	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	3.468.374	1.596.764	1.008.188	2.050.290	2.424.356	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	3.484.105	1.589.632	1.011.141	2.061.268	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	3.517.273	1.595.568	1.020.298	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	3.531.929	1.601.882	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	3.571.511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	3.571.511	1.601.882	1.020.298	2.061.268	2.424.356	2.612.516	3.065.939	2.833.029	3.462.406	4.023.227	3.820.838	30.497.270
Pagamentos de sinistros efetuados	(3.471.204)	(1.581.444)	(1.000.618)	(2.017.475)	(2.371.394)	(2.552.151)	(2.799.109)	(2.707.463)	(3.312.428)	(3.651.636)	(2.806.847)	(28.271.769)
Provisão de sinistros a liquidar	100.307	20.438	19.680	43.793	52.962	60.365	266.830	125.566	149.978	371.591	1.013.991	2.225.501

Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros DPVAT e retrocessão no montante de R\$ 104.991 e estimativa de salvados e ressarcidos R\$ (178.097).

Sinistros líquidos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	3.067.195	1.411.018	851.308	1.785.979	2.252.425	2.434.366	2.798.686	2.811.845	3.520.970	3.801.086	3.660.596	-
Um ano após o aviso	2.982.766	1.374.822	838.116	1.767.571	2.226.547	2.409.938	2.688.221	2.645.925	3.304.870	3.689.978	-	-
Dois anos após o aviso	2.982.517	1.371.502	826.988	1.760.401	2.222.960	2.398.452	2.690.122	2.620.053	3.315.805	-	-	-
Três anos após o aviso	3.000.538	1.368.952	836.236	1.763.735	2.240.824	2.411.974	2.699.782	2.653.066	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	3.017.108	1.376.028	840.689	1.784.644	2.255.457	2.420.706	2.723.605	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	3.039.448	1.381.510	847.027	1.791.026	2.269.167	2.440.631	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	3.059.537	1.390.791	859.192	1.805.057	2.285.234	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	3.085.559	1.394.311	864.950	1.813.522	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	3.110.251	1.400.450	873.754	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	3.125.235	1.406.041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	3.143.788	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	3.143.788	1.406.041	873.754	1.813.522	2.285.234	2.440.631	2.723.605	2.653.066	3.315.805	3.689.978	3.660.596	28.006.020
Pagamentos de sinistros efetuados	(3.103.282)	(1.391.414)	(860.473)	(1.787.080)	(2.247.698)	(2.390.784)	(2.658.595)	(2.564.770)	(3.203.025)	(3.492.297)	(2.750.799)	(26.450.217)
Provisão de sinistros a liquidar	40.506	14.627	13.281	26.442	37.536	49.847	65.010	88.296	112.780	197.681	909.797	1.555.803

continua

11 Imobilizado

	Saldo em 2015	Aquisição	Depreciação	Baixa	Saldo em 2016
Bens móveis	7.716	501	(1.652)	(168)	6.397
Outras imobilizações	8.270	384	(4.260)	-	4.394
Total	15.986	885	(5.912)	(168)	10.791

	Saldo em 2014	Aquisição	Depreciação	Baixa	Saldo em 2015
Terrenos e imóveis	2.736	-	-	(2.736)	-
Bens móveis	10.380	533	(2.044)	(1.153)	7.716
Outras imobilizações	13.138	1.147	(6.015)	-	8.270
Total	26.254	1.680	(8.059)	(3.889)	15.986

12 Intangível

	Saldo em 2015	Aquisição	Amortização	Baixa	Saldo em 2016
Sistema de computação	226.738	127.908	(77.774)	-	276.872
Outros intangíveis	1.023	-	(985)	-	38
Total	227.761	127.908	(78.759)	-	276.910



e. Aging de sinistros judiciais

	2016			
	Até 1 ano	De 1 a	Acima de	Total
		3 anos	3 anos	
Sinistro Bruto de Resseguro	150.655	270.337	406.538	827.530
Sinistro Líquido de Resseguro	145.742	248.279	322.499	716.520
	2015			
	Até 1 ano	De 1 a	Acima de	Total
		3 anos	3 anos	
Sinistro Bruto de Resseguro	194.547	226.238	344.189	764.974
Sinistro Líquido de Resseguro	161.631	191.695	261.755	615.081

f. Desenvolvimento da provisão sinistro judicial

	PSL Resseguros	
	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Total pago no exercício	(350.117)	(10.690)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para ações pagas no exercício	(156.795)	(8.661)
Quantidade de ações pagas no exercício	8.925	134
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	11.449	76
Novas constituições no exercício	236.007	28.630
Novas constituições referentes a citação do exercício	149.910	28
Novas constituições referentes a citação de exercícios anteriores	86.097	28.602
Baixa da provisão por êxito	(64.151)	(7.298)
Alteração de estimativas e probabilidades	215.330	9.131
Alteração da provisão por atualização monetária	25.487	3.102
Saldo em 31 de dezembro de 2016	827.530	111.010

18 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões são:

INSS - Vínculo de emprego

Valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 7.686 (R\$ 7.444 em 31 de dezembro de 2015) onde se discute a contribuição previdenciária sobre a existência de suposto vínculo de emprego de prestadores de serviços.

INSS - Contribuição previdenciária

Corretores de seguro (LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991) - Valor provisionado e depositado judicialmente, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 98.869 (R\$ 87.230 em 31 de dezembro de 2015). Discute-se a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras".

Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

(iii) Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Auto de Infração no valor atual de R\$ 33.254 mil, decorrente de atraso na entrega de arquivos digitais da escrituração contábil e fiscal, relativos ao ano de 2007, cuja exigibilidade está suspensa em razão de liminar concedida pelo TRF 2º Região; e b) Auto de Infração no valor de R\$ 10.323 mil, decorrente de autuação de PIS e COFINS relativo ao período de 07/2010 a 12/2011 sobre comissões devolvidas pelas corretoras sobre prêmios de apólices canceladas e ou restituídas, cuja exigibilidade encontra-se aguardando o julgamento de impugnação.

(iv) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras (*)	Total
Saldo em 1º janeiro de 2015	108.354	4.375	29.251	-	141.980
Constituições	4.647	4.895	19.789	915	30.246
Reversões	(5.963)	(399)	(22.361)	-	(28.723)
Atualização monetária	7.447	-	-	-	7.447
Saldo em 31 de dezembro de 2016	114.485	8.871	26.679	915	150.950
Saldo em 1º janeiro de 2015	91.078	5.955	17.956	-	114.989
Constituições	10.918	772	21.889	-	33.579
Reversões	(1.021)	(2.352)	(10.594)	-	(13.967)
Atualização monetária	7.379	-	-	-	7.379
Saldo em 31 de dezembro de 2015	108.354	4.375	29.251	-	141.980

(*) Refere-se a constituição de provisão de honorários de êxito das Contingências Passivas com perspectiva de perda possível e remota.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 218.333 (207.644 em 2015) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	108.657	289.137
Constituição da reserva legal	(5.433)	(14.457)
Base de cálculo dos dividendos	103.224	274.680
Dividendos propostos no exercício (nota 22)	25.806	100.000
Juros sobre capital próprio (líquidos de impostos retidos na fonte)	-	110.500
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25,00%	76,63%

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2016, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$100 milhões, em integralização de créditos existentes na Companhia provenientes de dividendos propostos em 2015, com a emissão de 10.689 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este ato encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2015, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$ 43.733, em espécie, em integralização de créditos existentes na Companhia proveniente de dividendos propostos em 2014, com a emissão de 3.766 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este ato foi aprovado pela portaria SUSEP/DIRAT Nº 218, de 17 de julho de 2015.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de agosto de 2015, foi deliberado a redução de capital, no montante de R\$ 587.939, sem cancelamento de ações, mediante a restituição à sua controladora de investimento de sua propriedade representado por 63.726.600 ações ordinárias em emissão do IRB – Brasil Resseguros S.A.. Este ato foi aprovado pela SUSEP, conforme portaria SUSEP nº 1.271, de 14 de outubro de 2015.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2015, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$ 130.000, em espécie, com a emissão de 14.324 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este ato encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

20 Gestão de Capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	2016
Patrimônio líquido contábil	2.042.537
Ajustes Contábeis:	343.808
(-) Despesas antecipadas	(66.898)
(-) Ativos intangíveis	(276.910)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	45.177
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.743.906
Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	1.304.279
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (*)	1.304.279
Capital adicional de risco de subscrição	1.160.732
Capital adicional de risco de crédito	113.645
Capital adicional de risco de mercado	143.913
Capital adicional de risco operacional	37.576
Efeito da correlação (benefício)	(151.587)
Suficiência de capital mínimo	439.627
Suficiência dos ativos garantidores	655.954
Ativos líquidos	655.954
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez	1.283.732
Índice de liquidez em relação ao CR% (**)	51%

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 (alterado pela Resolução CNSP nº 343/2016).

(**) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 343/2016 é de no mínimo 20%.

Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução CNSP 321/2015 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponderá a 50% em 31 de dezembro de 2016. O capital remanescente é exigido em até 31 de dezembro de 2017.

21 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2016 totalizou R\$6.038 (R\$7.165 em 2015), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$372.769 (R\$352.576 em 2015), sendo: benefícios concedidos R\$183.930 (R\$177.556 em 2015), benefícios a conceder R\$188.839 (R\$175.020 em 2015).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

22 Transações e saldos com partes relacionadas

	2016	2015	2016	2015
Ativo	165.232	105.313	3.000	3.080
Disponível	23.742	29.002	2.966	3.045
Banco Bradesco S.A. (controlador final) ..	23.742	29.002	2.966	2.645
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (b)	-	-	-	400
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (empresa ligada).....	-	-	-	-
Receitas	3.000	3.080	3.000	3.080
Outras receitas	2.966	3.045	2.966	3.045

	2016	2015
Equivalentes de caixa	25.063	24.906
Banco Bradesco S.A. (controlador final) ..	25.063	24.906

	2016	2015
Aplicações	104.186	33.572
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (e).....	104.186	33.572

	2016	2015
Valores a receber	12.241	17.833
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (a).....	783	2.505
Bradesco Vida e Previdência S.A. (empresa ligada).....	2	485
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (b) ...	11.452	14.777
Atlântica Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada)	4	66

	2016	2015
Passivo	67.618	142.658
Obrigações a pagar	41.812	42.658

	2016	2015
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	30.044	25.833
BSP Affinity Ltda (empresa ligada).....	120	120
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (e) ...	9.600	13.600
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada).....	-	723
Bradesco Saúde S.A. (empresa ligada) ...	1.981	2.382
Bradesco Vida e Previdência S.A. (empresa ligada).....	67	-

	2016	2015
Despesas	(705.507)	(626.652)
Despesas com alugueis	(7.592)	(7.966)
Banco Bradesco S.A. (controlador final).....	34	35
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (e)	34	35

	2016	2015
Despesas com serviços de terceiros	(308.601)	(305.570)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (e)	(308.601)	(305.570)

	2016	2015
Rateio das despesas administrativas	(261.235)	(221.439)
Bradesco Seguros S.A (controladora direta)	(261.235)	(221.439)

	2016	2015
Outras despesas	(1.473)	(1.471)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(33)	(31)

	2016	2015
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (f) .	(1.440)	(1.440)

	2016	2015
Despesas com prestação de serviços	(126.488)	(89.766)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada).....	(100)	(406)

	2016	2015
Dividendos a pagar	25.806	100.000
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	25.806	100.000

	2016	2015
Total (Ativo - Passivo)	97.613	(37.345)

(a) Refere-se ao rateio de despesas administrativas compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

(b) Prestação de serviço em tecnologia em rastreadores e localizadores.

(c) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

(d) Refere-se a operações compromissadas de títulos públicos.

(e) Referem-se a despesas com assistência 24 horas.

(f) Consultoria comercial em seguros no desenvolvimento de produtos.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros.

Em 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 7.300 (R\$ 4.800 em 2015), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 4.200 (R\$ 4.800 em 2015), para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

	2016	2015
Benefícios de curto prazo a Administradores	6.971	4.416
Proventos	6.971	4.416
Encargos sociais	1.568	994
Planos de previdência complementar de contribuição definida	3.938	7.907
Total	12.477	13.317

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

23 Principais ramos de atuação

	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Ramos Automóvel/RCF	3.930.443	3.855.397	65,19	16,85
Compreensivo residencial	425.429	430.963	14,78	22,57
DPVAT	173.807	172.596	85,71	1,42
Riscos nomeados e operacionais	209.264	190.457	40,81	

b. Receita com emissão de apólice

	2016	2015
Emissão de bilhetes - Consórcio DPVAT	10.287	9.660
Total	10.287	9.660

c. Sinistros ocorridos

	2016	2015
Salvados e ressarcimentos	451.848	445.449
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	81.585	(95.070)
Recuperação de sinistros	9.833	12.469
Sinistros diretos	(3.787.092)	(3.744.732)
Sinistros de consórcios e fundos	(98.580)	(131.316)
Sinistros de cosseguros aceitos e retrocessões	(28.696)	(36.984)
Serviço de assistência	(2)	(103)
Total	(3.371.104)	(3.550.287)

d. Custos de aquisição

	2016	2015
Comissões sobre prêmios cancelados	71.333	75.012
Comissões sobre prêmios restituídos	11.822	14.856
Variação das despesas de comercialização diferidas	9.430	254
Comissões sobre prêmios de cosseguros cedidos	3.687	2.864
Comissões sobre prêmios emitidos	(951.916)	(938.799)
Despesas com inspeção de riscos	(38.398)	(43.040)
Outras despesas de comercialização	(87.059)	(86.864)
Total	(981.101)	(976.225)

e. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2016	2015
Provisão de processos judiciais cíveis	2.573	(11.295)
Despesas de seguros	(452.591)	(408.145)
Provisão para riscos de crédito	(16.426)	(19.205)
Despesa com DPVAT	(13.141)	(12.208)
Contribuições sobre comissões	(5.188)	(5.707)
Despesas com administração de apólice	(4.125)	(4.925)
Outras despesas operacionais	(1.959)	(247)
Total	(490.857)	(461.732)

f. Resultado com resseguro

	2016	2015
Recuperação de indenização de resseguro	121.307	375.870
Variação da provisão IBNR - resseguro	16.915	(40.135)
Participação nos lucros	-	(244)
Prêmios resseguros cedido	(264.722)	(275.426)
Salvados e ressarcimentos - resseguro	(2.445)	(65.615)
Variação das provisões técnicas - resseguro cedido	(987)	(13.385)
Provisão despesas relacionadas resseguro	(561)	(9.272)
Total	(130.493)	(28.207)

g. Despesas administrativas

	2016	2015
Despesas com serviços de terceiros	(481.301)	(439.272)
Despesas com localização e funcionamento	(212.668)	(194.655)
Despesas com pessoal próprio	(204.593)	(172.462)
Ordenados	(113.401)	(94.217)
INSS/FGTS	(36.124)	(31.894)
Honorários da administração	(7.241)	(2.692)
Planos de previdência privada	(6.038)	(7.165)
Outras	(41.789)	(36.494)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(31.914)	(29.623)
Despesas administrativas diversas	(8.415)	(7.878)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(8.197)	(8.106)
Despesas com doativos e contribuições	(2.670)	(3.796)
Despesas com publicações	(459)	(40)
Total	(950.217)	(855.832)

h. Despesas com tributos

	2016	2015
Despesas com COFINS	(90.825)	(91.837)
Despesas com PIS	(14.759)	(14.924)
Impostos/federais/estaduais/municipais	(5.016)	(7.603)
Despesas com taxa de fiscalização	(4.533)	(3.567)
Total	(115.133)	(117.931)

i. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	594.918	646.888
Receitas com operações de seguros e resseguros	113.029	138.288
Receitas com atualização monetária e depósitos judiciais	13.072	13.491
Receitas com títulos de renda variável	206	94
Outras receitas financeiras	20.446	43.754
Subtotal	741.671	842.515
Despesas financeiras		
Atualização monetária de operações de seguros e resseguros	(102.540)	(113.524)
Tributação sobre operações financeiras	(33.876)	(38.549)
Despesas com título de renda fixa e variável	(28.537)	(7.449)
Atualização monetária de contingências passivas	(7.447)	(7.379)
Outras despesas financeiras	(21.037)	(14.353)
Subtotal	(193.437)	(181.254)
Total	548.234	661.261

j. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no período sobre adições temporárias	4.352	14.394
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(103.566)	(98.678)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(99.214)	(84.284)

25 Reconciliação da alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social

	2016	2015
Resultado antes de impostos e participações	217.962	379.564
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente	(98.083)	(170.804)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas e coligadas	-	14.635
Participações no resultado	4.541	2.764
Dividendos	36	-
Doações, patrocínio e brindes	(4.207)	(2.551)
Contribuição entidade de classe	(506)	(647)
Juros sobre capital próprio	-	58.500
Efeito do diferencial de alíquota da contribuição social	-	11.356
Outros	434	2.754
Ajustes efetuados na declaração de rendimento	(1.429)	(291)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(99.214)	(84.284)
Alíquota efetiva	45,52%	22,21%

26 Outras Informações

Relatório do Comitê de Auditoria

- a. Em outubro de 2016, a Bradesco Seguros S.A. ("Bradesco Seguros") e a *Swiss Re Corporate Solutions Ltd.* ("*Swiss Re Corso*") firmaram negócio pelo qual: (i) a *Swiss Re Corporate Solutions* Brasil Seguros S/A ("*Swiss Re Corporate Solutions* Brasil") assumirá as operações de seguros de P&C (*Property and Casualty*) e de transportes da Bradesco Seguros – hoje operada pela Bradesco Auto/RE ("Seguros de Grandes Riscos"), passando a ter acesso exclusivo aos clientes Bradesco para explorar a comercialização dos Seguros de Grandes Riscos; e (ii) a Bradesco Seguros passará a deter participação acionária de 40% na *Swiss Re Corporate Solutions* Brasil e os demais 60% de participação acionária permanecerão com a sua controladora Swiss Re Corso. A transação está sujeita à aprovação das autoridades competentes e demais condições contratuais usuais para este tipo de transação.
- b. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 8 de fevereiro de 2017, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

DIRETORIA

José Sergio Bordin	Diretor-Geral	
Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor-Gerente	Saint' Clair Pereira Lima
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Atuário MIBA n° 943
Marco Antonio Gonçalves	Diretor-Gerente	
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Enrico Giovanni Oliveira Ventura	Diretor	Contador CRC-RS03447/O-7-T-RJ
Saint' Clair Pereira Lima	Diretor	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Rio de Janeiro – RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

Anexo I

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2016
Total de provisões técnicas	5.593.697
Total de provisões técnicas auditadas	5.286.409
Total de ativos de resseguro	921.887
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas	31/12/2016
Provisões Técnicas (a)	5.593.697
Valores redutores (b)	2.173.472
Total a ser coberto (a-b)	3.420.225
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2016
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	1.304.279
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	1.304.279
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2016
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.743.906
Exigência de Capital (CMR) (b)	1.304.279
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	439.627
Ativos Garantidores (d)	4.076.179
Total a ser Coberto (e)	3.420.225
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	655.954
Ativos Líquidos (g)	655.954
Capital de Risco (CR) (h)	1.283.732
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	51,1%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP n° 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2016
0111; 0749; 0775; 0776; 0819; 0859; 0936; 0980; 0981; 0982; 0990; 0991; 0993; 1066; 1279; 1381; 1391; 1602	1.190
0173; 0378; 0523; 0524; 0525; 0544; 0623; 0644; 0739; 0740; 0745; 0747; 0750; 1101; 1102; 1103; 1104; 1105; 1106; 1107; 1108; 1109; 1164	1.260
0115	2.100
0746	2.160
0743	3.000
1163	3.770
0272	4.320
0274; 0437	4.700
0310	5.000
0195	5.030
0351; 0433; 0435; 0457; 0531; 0542; 0553; 0628; 0860; 0870; 1130; 1162; 1417; 1428; 1433; 1457; 1537; 1597	5.031
0141; 0171; 0234; 0977; 1061; 1068	5.500
0520	5.800
0167; 0627	6.600
0621; 0622; 0632; 0638; 0652; 0654; 0655; 0656; 0658; 1528; 1535	7.000
0114; 0116; 0748; 1065	10.000
0118; 0196	19.200</